



A ASCENSÃO DA DIREITA ISRAELENSE E OS PREJUÍZOS DE UMA PAZ EM CURSO

Ednaldo Fernandes Xavier Filho¹
ednaldox@hotmail.com

Thalita Franciely de Melo Silva²
thalita.fmelo@gmail.com

RESUMO

O espectro político de Israel tem vivido suas nuances ao transcorrer do tempo, influenciado pelas alterações políticas regionais que, por sua vez, produziram avanços e retrocessos nos acordos de Paz entre Israel e Palestina. O objetivo deste artigo é identificar as motivações que promoveram a ascensão do partido de direita israelense em 2001, como também, sua influência no processo de acordo de paz. Orientado a compreender tal fenômeno político específico, o objetivo se caracteriza nas motivações que originam fatores tanto internos como externos relativos a Israel. O que leva a uma análise bibliográfica das evidências de ascensão, das questões sociais inerentes ao processo e resultados tanto da inerência como das evidências.

Palavras-chave: Israel; Palestina; Ideologia; Acordos; Política.

ABSTRACT

The political spectrum of Israel has experienced its nuances over time, influenced by regional political changes, which in turn have produced advances and setbacks in the peace agreements between Israel and Palestine. The purpose of this article is to identify the motivations that promoted the rise of the Israeli right-wing party in 2001, as well as its influence on the peace agreement process. The objective is to understand the specific political phenomenon, the motivation that motivates both internal and external factors related to Israel, which leads to a bibliographical analysis of the pre-ascension evidence, the social issues inherent to the process and results of both inheritance and of the evidence.

Keywords: Israel; Palestine; Ideology; Agreements; Politics.

INTRODUÇÃO

A relevância deste trabalho para o arcabouço das Relações Internacionais está vinculada ao fato de se compreender a problemática sociopolítica que diz respeito ao

¹ Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Estácio Recife.

² Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba. Professora do Curso de Relações Internacionais da Estácio Recife.



conflito entre Israel e Palestina o qual, até a atualidade não encontrou sua trajetória dissipadora. Enquadra vários aspectos dos diálogos das RI como, autodeterminação dos povos tanto judeu como palestino; dentro da geopolítica, as influências na sociedade por parte do entorno histórico, social e político propriamente dito.

Deste modo, o artigo estará dividido em duas seções primordiais. Em primeiro lugar, a criação do Estado de Israel que compreende o período do surgimento do sionismo político judaico pré nação, até a composição política da já constituída nação. A segunda parte deste trabalho relaciona-se com a apresentação do contexto motivador da ascensão da direita política do Estado e da filosofia política que explica o comportamento dos entes participantes nos acordos de Paz.

Para poder entender este episódio, busca-se reunir informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais as possíveis motivações que promoveram a ascensão da direita israelense, e como tais motivações influenciaram o processo de acordo de paz entre Israel e Palestina?

Além de estar o trabalho orientado a compreender o fenômeno político específico, o objetivo deste artigo se caracteriza em identificar as motivações que originam fatores tanto internos como externos relativos à política de Israel, o que requer a uma análise das evidências da ascensão da direita.

Quanto a metodologia, a pesquisa tem objetivos de caráter exploratório, por entender a necessidade de obter informações relacionadas aos fatos e suas realidades; quanto ao procedimento da metodologia, o trabalho constitui-se em bibliográfico.

Requer-se a necessidade de elucidar a definição de espectro ideológico ou ideologia política que, nada mais é que a polarização de ideias e pensamentos políticos de cunho subjetivo dos políticos e eleitores, formados de um matiz de sentimentos fundamentados em valores morais, éticos, culturais e religiosos e de representatividade como define Silva (2014) a seguir: “A esquerda é o espectro ideológico que pretende empoderar grupos sub-representados nas esferas de poder; e a direita é o espectro ideológico que pretende preservar ou ampliar os poderes de grupos já devidamente representados nas esferas de poder” (SILVA, 2014. p. 8).

Por outro lado, Silva (2014) conceitua os espectros ideológicos baseado em movimentos de empoderamento social, que é uma característica política social hodierna o que diverge em algum modo das características políticas das décadas de 30 e 40 do século passado. As características políticas anteriores, estavam vinculadas ao modelo parlamentarista dos partidos europeus posterior à revolução francesa, defensores dos pensamentos subjetivos segundo Doron (2005).

Desde 1948 a 1977, a direção da nação de Israel tem estado em mãos de partidos de espectro de esquerda, entretanto, as fases ou alterações subsequentes dos espectros no governo tiveram suas motivações a partir da representatividade da sociedade no parlamento e, especificamente em 2001 a direita ocupa o governo desde então, o que leva a região do Oriente Médio a viver um modo diferente de fazer política e diplomacia em relação aos processos de Acordos de Paz especificamente entre Israel e Palestina.



1. Caracterização da formação política do Estado de Israel

A história das civilizações narra fatos relacionados às estruturas sociais desde a antiguidade, onde povos consolidados usavam seu poder influenciador seja militar, cultural, político ou diplomático para formar novas delimitações fronteiriças e seu estabelecimento como nação. Esta prática perdurou até 1648, onde um novo paradigma definido como Estado-Nação surge na sociedade internacional.

O artigo 22º do Pacto da Sociedade das Nações³, define como arcabouço de configuração de um novo Estado a partir das prefigurações e intenções de uma civilização já formada e constituída porem não estabelecida, como foi o caso da nação de Israel antes de sua fundação em 1947.

Anterior a este Pacto, em 1917, Arthur James Balfour, Secretário de Estado para Assuntos Estrangeiros, em nome do governo do Rei Jorge V, Rei do Reino Unido da Grã Bretanha, declarou, mediante uma carta oficial dirigida ao Lorde Rothschild⁴, o compromisso com a aspiração sionista⁵ judaica de ser estabelecido o lar judeu na Palestina, esclarecendo que os direitos civis e religiosos dos não judeus daquela região seriam preservados, como também os direitos e status políticos que judeus desfrutaram em outras nações (BALFOUR DECLARATION, 2103).

A declaração do Lorde Balfour demonstra que havia uma comunidade política já estruturada defendendo os anseios da sociedade judaica em se estabelecer como nação em algum momento da história, como o identificava o Lorde na sua carta, a qual também foi apresentada ao presidente norte-americano Woodrow Wilson o mesmo que dava sua aprovação antes mesmo de sua publicação oficial. “Do mesmo modo, em fevereiro e maio de 1918, os governos da França e Itália endossam publicamente tal compromisso” (PALESTINE ROYAL COMMISSION REPORT, 2006, p. 35).

Em 29 de agosto 1897, na cidade de Basileia em Suíça, são convocados representantes da sociedade judaica de várias partes do mundo para o primeiro congresso sionista, que foi chamado de Parlamento Simbólico, em que se instaura em definitivo a Organização Sionista Mundial. Neste evento, 197 delegados participaram e aceitaram o que definiram como o programa de Basileia: “*Zionism strives to create for the Jewish people a home in Palestine secured by public law*”.⁶ (MORDECAI, 2002). Neste ato, foi eleito como presidente da organização mundial sionista, Theodor Herzl,

³ Art.22. Os princípios seguintes aplicam-se às colônias e territórios que, em consequência da guerra, cessaram de estar sob a soberania dos Estados que precedentemente os governavam e são habitados por povos ainda incapazes de se dirigirem por si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno. O bem-estar e o desenvolvimento desses povos formam uma missão sagrada de civilização, e convém incorporar no presente Pacto garantias para o cumprimento dessa missão (Pacto da Sociedade das Nações 1919, Art 22º, 2019).

⁴ Lionel Walter, segundo barão da dinastia Rothschild, banqueiro anglo-judeu apoiador do Sionismo político.

⁵ SIONISMO: definido por Bartel (2012, p. 68), de forma que: “O termo sionismo, de forma mais ou menos consensual, designa o movimento de caráter nacionalista surgido na Europa na segunda metade de século XIX, tendo como objetivo principal criar um Estado judaico na Palestina”.

⁶ “Sionismo se esforça para criar um lar para o povo judeu na Palestina garantidos pelo direito público.”



jornalista e escritor de origem austro-húngara o qual foi considerado como o pai do sionismo político, e também definiram a região da Palestina como lugar para o estabelecimento da futura nação.

Em 1920, o mandato estava sendo já aplicado por parte da Grã-Bretanha mediante uma administração civil estabelecida, substituindo o regime militar britânico, por intermédio do título de “Alto Comissário” outorgado ao senhor Herbert Samuel. Ainda no mesmo ano, nas aplicações da resolução do Mandato para Palestina, a sociedade Árabe no território da Palestina era de tipo feudal, que se caracterizava como aristocratas árabes donos de terras e com educação secular, promovendo um alto grau de divisão social entre árabes o que não acontecia tão incisivamente na comunidade judaica.

Em 1921, para não continuar havendo conflitos entre árabes e judeus, foi outorgado aos árabes da Palestina, por parte do senhor Herbert Samuel o mesmo tipo de reconhecimento dado aos judeus, além da autorização para que os árabes estabelecessem um comitê eletivo para supervisionar a administração muçulmana. Tal autorização provocou um desconforto nos líderes árabes, o que promoveu ao final de 1921, a criação por parte destes líderes, o Supremo Conselho Muçulmano sobre o qual o Comitê Eletivo não teria autoridade nem administração do Mandato teria controle (PALESTINE ROYAL COMMISSION REPORT, 2006).

Já no artigo 2º do Mandato da Palestina⁷, menciona que as atribuições legais concedidas ao Mandatário proporcionaram uma esfera jurídica que pudesse estabelecer os pilares básicos da democracia que se resume em primeiro aspecto, soberania do povo sobre as decisões públicas e quem as aplica, e em segundo aspecto, igualdade de direitos civis e políticos dos povos pelos ideais reguladores, segundo (BEETAM, 1998, p. 23).

Por outro lado, todo o processo de instauração da democracia passa por uma característica evolutiva considerada como difícil por suas forças internas de adequações, o que deveria levar ao povo a reger esse controle de forma equitativa, é esse senso de justiça que de certo modo é subjetivo, que demonstra a fragilidade desse drama de concessão social (ALMEIDA, 1945).

Conflitos entre árabes e judeus eram constantes e, durante o período da Declaração de Balfour até a Resolução nº 181 das Nações Unidas, foram registrados por um lado, enfrentamentos civis como as revoltas de Nebi Musa -1920, revoltas de Jaffa -1921, massacre de Hebron -1929, a grande revolta árabe (1936-1939), Além disso, foram formados Conselhos e administrações locais com teor e bases democráticas de formação de Estados, houve influência democrática por parte da civilização ocidental em relação aos árabes muçulmanos para constituição das novas democracias. As migrações judaicas às regiões palestinas aconteceram de forma justificada, como também aconteceram as clandestinas devido as queixas dos árabes aos fluxos excessivos

⁷ *The Mandatory shall be responsible for placing the country under such political, administrative and economic conditions as will secure the establishment of the Jewish national home, as laid down in the preamble, and the development of self-governing institutions, and for safeguarding the civil and religious rights of all the inhabitants of Palestine, irrespective of race and religion.* (THE MANDATE FOR PALESTINE, Art. 2º. 2013).



de judeus. Foram criados vários partidos políticos como o Mapai, Mapam, Sionista, Progressista, Comunista de Israel, entre outros (PEREZ, 2012).

Pelas razões anteriores e a pedido do Mandatário para Palestina, em 1947, as Nações Unidas mediante a Resolução n° 181 de 29 de novembro de 1947, deliberou em sessão especial que um Comitê Especial deveria ser estabelecido para tratar, definir e preparar as considerações necessárias que requer ao estabelecimento do futuro governo na Palestina. O Comitê Especial preparou o relatório (A/634) onde constavam as recomendações fundamentais, juntamente com o modelo do processo de partição territorial, além do estabelecimento de uma União econômica (UN GENERAL ASSEMBLY RESOLUTION n° 181, 2013).

Consta na Resolução n° 181, a criação de uma Comissão que representaria a ONU *in loco*, em que tem como integrantes cinco membros eleitos das cinco nações permanente do Conselho de Segurança (CS); esta Comissão já em Palestina e conjuntamente com partidos democráticos e organizações públicas, promoveram o estabelecimento do Conselho Provisório de Governo em cada Estado, que recebera posteriormente da Comissão, a responsabilidade pela administração de cada Estado até a finalização do Mandato e a definição das respectivas Independências (UN GENERAL ASSEMBLY RESOLUTION 181, 2013).

A Resolução n° 181 da ONU de 1947 determinou ao Conselho provisório a realizar eleições para a Constituinte com viés democrático, e uma das particularidades deste viés nas constituintes de cada Nação era a participação feminina em ditas eleições. A Assembleia Constituinte teria a função de redigir uma Carta Constitucional democrática, e estabelecer um governo, além de incorporar o estabelecimento do Corpo Legislativo mediante o voto universal e secreto no preceito de representatividade proporcional, bem como o estabelecimento do Poder Executivo com suas responsabilidades respectivas, ainda que tudo isto de fato não acontecesse literalmente.

Em maio de 1948, segundo Perez (2012), o Conselho provisório aprova a declaração da criação da Ata de Independência e, ao dia 12 do mesmo mês, é colocada em votação a proclamação do Estado sem definir especificamente as fronteiras, logo, no dia 14 foi declarada a independência do estado Israel. O Conselho do povo e o Executivo Popular, em forma provisória ficam definidos como o Legislativo e o Executivo respectivamente.

2. Composição política israelense segundo seu espectro político

A partir da declaração da Ata de Independência de Israel, em 1948, até a ascensão da direita, evento que é objeto de estudo, houve dezesseis eleições diretas para a Knesset⁸ ou parlamento israelita (gráfico 1), ainda que pelas datas progressivas para as eleições, algumas delas não coincidam com os quatro anos definidos no sistema eleitoral, o que indica o complexo método de coalizão em dito sistema.

⁸ KNESSET. Legislatura unicameral de Israel. Significa em hebraico “Assembleia”.



Outrossim, nesses anos de parlamento o espectro político que mais regeu o Estado foi o de ideologia de esquerda⁹, porém isto não define nem propõe alguma certeza ou critério absoluto em relação à ideologia, pois Perez (2012), define que nada é certo na política de Israel, pela razão de existir uma constante mudança dos políticos em relação a defender ou executar políticas ideológicas próprias ou de oposição apenas para participar das coalizões de interesse no governo atuante.

Desde a formação do Estado de Israel, sua composição política tem se mantido pouco variável. Pode ser caracterizado em três fases essenciais segundo Perez (2012): a primeira fase, identificada até as eleições de 1977, a direção da Nação tem estado sob influência do partido de espectro ideológico de esquerda, MAPAI¹⁰.

Já a segunda fase (com exceção da eleição de 1977), teve características bi partidarista, intermitente entre o LIKUD¹¹ e os Laboristas (direita e esquerda, respectivamente); e a terceira fase que teve início em 1992 caracterizada pelo pluripartidarismo, combinada com nova conjuntura internacional trazida pela URSS e a guerra do golfo. Estas fases têm suas motivações na representatividade da sociedade no parlamento, por um lado, por outro, esta mesma sociedade é em grande modo diversificada em seus rasgos de origens, mas de cultura homogênea, fator que influencia no processo eleitoral.

Gráfico 1. QUADRO DAS DEZESSEIS ELEIÇÕES DIRETAS EM ISRAEL

MAPAI			COLIGAÇÃO I ⁽¹⁾			COLIGAÇÃO II ⁽²⁾		
ANOS	APOIO POLPULAR (total de votos)	Nº de Posições no Parlamento	ANOS	APOIO POLPULAR (total de votos)	Nº de Posições no Parlamento	ANOS	APOIO POLPULAR (total de votos)	Nº de Posições no Parlamento
* 1949	35,70%	46	1965	36,70%	45	1969	46,20%	56
1951	37,30%	45				^(D) 1973	39,60%	51
1955	32,20%	40				1984	34,90%	44
1959	38,20%	47						
1961	34,70%	42						

	Esquerda	Coligação: (1) Mapai / Unidade do Trabalho
	Centro	(2) Labor / Mapai
	Direita	(3) Labor / Gesher / Meimad

* Primeira Knesset (a: (assembléia))

LABOR			UM ISRAEL ⁽³⁾			LIKUD		
ANOS	APOIO POLPULAR (total de votos)	Nº de Posições no Parlamento	ANOS	APOIO POLPULAR (total de votos)	Nº de Posições no Parlamento	ANOS	APOIO POLPULAR (total de votos)	Nº de Posições no Parlamento
1992	34,70%	44	^(E) 1999	20,20%	26	^(A) 1977	33,40%	43
1996	27,50%	34				1981	37,10%	48
						1988	31,10%	40
						^(B) 1996	50,50%	
						^(C) 2001	62,40%	

- (A) 30 Anos da criação do Estado de Israel
- (B) Primeiras eleições diretas para Primeiro Ministro
- (C) Eleições diretas apenas para Primeiro Ministro
- (D) Eleições logo ao fim da guerra de Yon Kippur

Fonte: Knesset, “Elections Results”, 2007. The State of Israel.

⁹ Ver gráfico 1: Eleições diretas até 2001, quando a direita assumiu o governo sem intermitência.

¹⁰ Refere-se ao *Mifletz Poalei Eretz Yisrael* (Partido dos Trabalhadores da Terra de Israel), conhecido pelo acrônimo MAPAI, formado pelas iniciais das palavras hebraicas do nome, fundado em 1930 (partido fundador do Estado), esteve no governo até 1968.

¹¹ Refere-se ao (Partido União) conhecido pelo acrônimo LIKUD, formado em 1973 mediante uma coalizão dirigida pelo partido HERUT (Liberdade), de sionistas conservadores (sionistas revisionistas).



Esta diversidade e homogeneidade é proposta por Domingues (2010) como *Democracia étnica*, que especificamente a define como:

Ela é similar à democracia liberal republicana na medida em que o Estado se põe ao lado da maioria, enquanto os outros tipos de Estado permanecem neutros nesse sentido. Mas não é cívica, pois nela os laços de sangue, a linguagem e a cultura comuns se mesclam com a reivindicação de um território, que seria propriedade exclusiva da nação étnica. (DOMINGUES, 2010. p. 148).

A população de Israel em 1948 quando foi declarada sua independência, era de 872.700 (82,1% judeus), já no ano 2010, foi registrado um censo de 7.695.000 habitantes (75,4% judeus), demonstrando um crescimento populacional de aproximadamente 80 vezes o número inicial de habitantes naquela região (PEREZ, 2012, p. 49-50). Por fatores vinculados ao fluxo de judeus que por motivos da segunda guerra mundial e a difusão sobre o novo lar dos judeus, provocou uma afluência migratória a Israel. Este fenômeno aconteceu em diversas ocasiões desde os cinco continentes.

A necessidade do registro anterior, é para entender que a medida que a população de Israel foi crescendo pelo movimento migratório, foi produzido um reflexo na sua atualidade em uma variação na composição social, como se registra da seguinte referência:

El 30% de la población, 1,5 millones de personas, han nacido en el país en una familia en la cual el padre nació en Israel, y 1,2 millones lo han hecho de un padre nacido en la Unión Soviética. Marruecos es el lugar de origen de 500.000 israelíes, mientras que unos 245.000 proceden de Irak, 240.000 de Rumania, y 220.000 de Polonia. Nada que ver con la sociedad inicial, formada por inmigrantes mayoritariamente procedentes de Centroeuropa, es decir, askenazíes. (PEREZ, 2012. p.53).

É claro que, entendendo as origens dos migrantes judeus desde a criação da nação, estes mesmos migrantes trouxeram consigo o espectro político de suas origens, o que faz parte de sua característica étnica. Porém, os movimentos políticos judeus-israelita criados antes da formação do Estado tinham bases nacionalistas, o que podia identificá-los como de direita, todavia, Doron (2005), caracteriza o movimento sionista como influenciado pelos socialistas, democratas e conservadores no seu início.

Em razão destas variações ideológicas não ter ainda suas características definidas como direita ou esquerda até no final do século XIX, no contexto político, o nacionalismo era tipificado como posicionamento de direita às pessoas que defendiam o socialismo ou comunismo entre outras com mesmas características.

Em 1935, pelas divergências dos movimentos políticos em Israel em relação as políticas internas de formação do Estado, surge a primeira ruptura do Movimento



Sionista denominada: Aliança dos Sionistas Revisionista. Consequentemente, o espectro de ideologia de direita por ser minoria, e por defender políticas de oposição e rejeição ao socialismo, tornou-se distinto aos demais de acordo com Doron (2005), em razão de ideais nacionalistas sobre a sociedade, e a ideia de libertação nacional mediante a política e diplomacia como atividades supremas para fins coletivos.

Esta compreendido que a influência da migração mudou a composição social de Israel e simultaneamente, de forma indireta, ingeria no resultado eleitoral do país, segundo Perez (2012). Além da virada nos números entre os migrantes sefardies¹² e askenazies¹³, cita-se um aumento de número de nascidos em Israel, o que poderia influenciar também nos resultados eleitorais, pois em 1977, “por primeira vez na história de Israel um partido de direita [...] chega ao poder[...]. A mudança demográfica levou consigo uma mudança política, ” (PEREZ, 2012. p. 409). Ainda que a mudança política não fosse resultado direto da mudança demográfica, os setores que levantaram o partido de direita, de acordo com Perez (2012), foram aqueles formados em grande maneira pelos sefardies.

Outro reflexo nos resultados eleitorais foi a chegada de judeus russos entre 1989 e 2005 que, segundo Perez (2012. P. 410), “somaram um 15% da população do país, transformando-a na principal minoria judaica”, o que do mesmo modo que em 1977, em 1996 novamente promovem uma mudança de espectro da esquerda para direita, pelo desagrado e desconforto com políticas públicas.

Para finalizar, mostra-se como a direita tem avançado na sua conquista pelos votos dos israelitas. Um exemplo disto é que os partidos de esquerda no início das eleições parlamentares atingiram 53,9% dos votos, com 69 cadeiras no parlamento e só o MAPAI obtivera 36% dos votos, representando 46 cadeiras no parlamento, sendo a direita representada por uma coalizão, com apenas 17,9% dos votos; e como retrata Perez (2012), o espectro de esquerda esteve sempre na frente com maioria em relação ao espectro de direita em segunda posição, em 1973 a direita aumenta sua participação parlamentar obtendo 30,2% (39 cadeiras), já em 1981 alcançaram 47 cadeiras, e em sua pesquisa, ela faz a seguinte interpretação:

“Por lo tanto, la pérdida de votos y escaños sufrida por el Partido Laborista no es algo propio y exclusivo de esta formación, sino que forma parte de una tendencia general más amplia: cada vez hay menos simpatizantes de izquierdas en Israel, o éstos han decidido alejarse de las urnas” (PEREZ, 2012, p.417).

Os fatores preponderantes para tal comportamento mencionado acima, seriam motivados por uma interpretação social local diferente ao que se entendia como formação dos partidos de esquerda com viés social democrático, que até então em outros países possa ter sido considerado em auge por motivos alusivos à guerra fria e

¹² Definição dada aos judeus de descendência euro ibérica, a partir dos israelitas que foram expulsos no século XV, de igual forma os descendentes judeus da região mediterrânea da Europa.

¹³ Definição dada aos judeus originários da Europa central e oriental.



outros fatores associados, já dentro de Israel a concepção era diferente. Pelo fato do LABOR ter sido um partido fundador do Estado e pela confiança da sociedade depositada em seus dirigentes para a administração das instituições públicas, de acordo com Perez (2012), logo das três décadas de governança percebeu-se um elitismo político por parte dos Laboristas o que levou ao distanciamento da sociedade do espectro de esquerda mediante as oportunidades políticas.

3. Contexto motivador para ascensão

Destaca-se na seção anterior que, existiriam duas possíveis motivações para a perda de posição por parte da esquerda política, o que por sua vez permitiram a ascensão da direita, porém não se limita ao subsequente. Em primeiro lugar, o forte fluxo migratório de Judeus de diferentes culturas a Israel que provocaram nos askenazies a perda do protagonismo que tiveram na criação e direção do Estado nas primeiras décadas, os mesmo que deixaram de ser maioria; em segundo lugar, a força majoritária do sionismo na criação dos organismos pré-estatais era dos Laboristas, que controlavam tais organismos devido à confiança dos eleitores depositada em David Ben Gurion¹⁴. Porém o LABOR¹⁵, em seu paradigma endógeno de ideal social, “era o partido da oligarquia, longe dos problemas cotidianos dos israelitas”, (PEREZ, 2012, p. 420).

A partir de 1996, o contexto político de Israel tem uma variação na formação política mediante a lei básica que rege as eleições, a qual foi modificada em 1992, e que agora determina mediante voto, a eleição direta do primeiro Ministro, tornando qualquer previsibilidade em imprevisível, pois as velhas formações espectrais foram forçadas a uma nova reestruturação para definir um novo modelo de governança, ao que provocava crises nas políticas internas e externas dando delineamentos a opinião pública; Além disso, os debates pela paz iniciados na Declaração de Princípios¹⁶ em 1993 com a Palestina, entrava na encruzilhada dos desacordos políticos e opinião pública dos eleitores israelitas, como Peretz e Doron (1996. P. 532) enfatiza que “as pesquisas de opinião indicam que a população estava igualmente dividida entre os que apoiavam ao programa dos Laboristas “Território pela paz” e aqueles que temiam que a retirada da Cisjordânia ou das Colinas de Golã minaria a segurança de Israel”.

Outro critério de pesquisa registrado por Peretz e Doron, (1996. p. 534), era que “40% dos votantes indecisos acreditavam que Shimon Peres¹⁷, candidato pelo LABOR “coloca o Estado de Israel em risco”.

¹⁴ Primeiro Premier de Israel após a formação do Estado em 1947.

¹⁵ Refere-se ao *Mifletet HaAvoda HaYisraelit* (Partido Trabalhista de Israel), fundado em 1968 (era o antigo MAPAI). Centro-esquerda, membro da Internacional Socialista.

¹⁶ DECLARAÇÃO DE PRINCIPIOS: [...] é um reconhecimento mútuo pelas partes da existência do outro e do seu direito de viver lado a lado nesta faixa de terra. (BENVENISTI, 1993, p. 542–554).

¹⁷ Político israelita de origem polonesa, foi primeiro-ministro entre 1984 e 1986, em coligação com I. Shamir do partido Likud. Em 1992 perde as primárias do Partido Trabalhista, mais tarde torna-se primeiro ministro e Ministro dos negócios estrangeiros. Em 1995, após o assassinato de Rabin, torna-se primeiro-ministro e no ano seguinte, perde as eleições para Netanyahu.



O programa denominado “Território pela Paz”, foi concebido em primeira forma a partir da guerra de 1967 e 1973 entre Egito, Síria e Israel em que, mediante a intervenção da ONU pelo Conselho de Segurança, com o programa de cessar fogo, propôs nas resoluções nº 242 e 338 o recolhimento das forças armadas de Israel fora do território da península do Sinai, das Montanhas do Golã como demonstração das intenções de Israel em manter o estabelecimento de uma paz duradoura no Oriente Médio, o que implicava estabelecer as delimitações de zonas desmilitarizadas.

Este programa do LABOR definia os critérios de desocupação de Jericó Cisjordania, Jenin, Nablus, Tulkarem, Qalqilya, Ramalá y Belém, o que por sua vez Israel aceitava a desocupação, porém definia-se como uma seguinte fase do acordo, a desocupação de Hebron, o que o espectro de direita e extrema direita definitivamente já não aceitariam, havendo uma forte oposição a tais acordos, pois a cidade é de grande importância bíblica e histórica para os judeus, o que provocara no período de campanha para eleições de 1996 uma forte batalha midiática, chamando tanto a Yitzhak Rabin¹⁸ como a Shimon Peres de traidores de acordo com Sznajder (2011).

O foco principal da dialética política em Israel daquele momento era o enfrentamento contra o terrorismo, e na visão do candidato Shimon Peres, além de promover um modelo de “Novo Oriente Médio” como programa, insistia que a segurança era assunto de relevância internacional, à causa do viés terrorista, e o “Irã foi destacado com referência ao "elo catastrófico entre uma ideologia fundamentalista e armas não convencionais" (PERETZ; DORON, 1996. p. 536).

Demonstrava-se então, a desilusão da sociedade israelita pelo espectro político (esquerda) que era mais propenso ao acordo de paz, no entanto, o espectro não pressionava pela mesma reciprocidade política compromissória e responsável de parte dos Palestinos, o que intensificava os debates por um lado e atentados contra civis por outro.

Por estas razões, um membro da força extremista de direita religiosa provocara em novembro de 1995, o assassinato do Primeiro Ministro do momento, Yitzhak Rabin, que participara do diálogo de paz que a comunidade internacional e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) até então concordara. Ligado a isto e com a ideia de que a oposição em Israel desistiria dos acordos alcançados até o momento, em 1996, intensificaram-se os atentados bombas promovidos pelo HAMAS e a Jihad Islâmica, o que configurava para o LIKUD a falta de habilidade por parte dos Laboristas em manter a segurança do Estado.

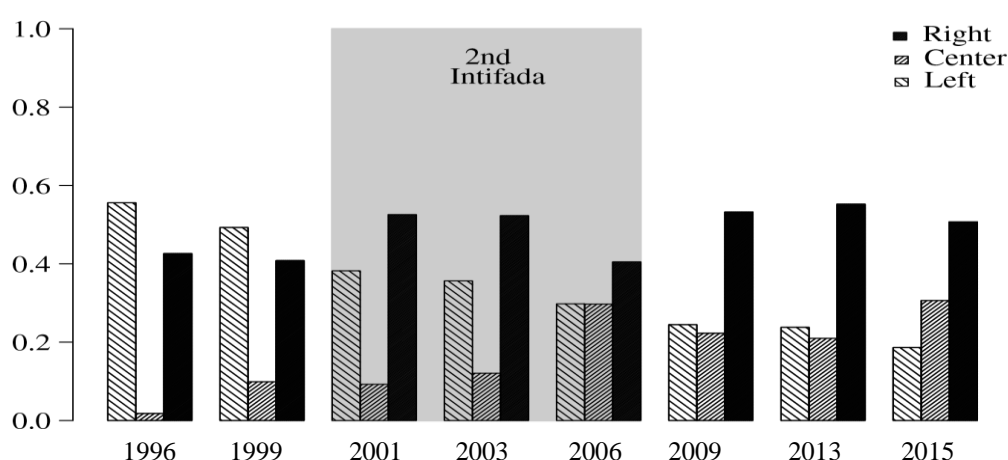
Já o programa do LIKUD, propunha o modelo de segurança pela paz ou em outras palavras “Paz pela Paz”, além de comprometer o possível novo governo de Direita em manter os acordos internacionais anteriores, ainda que compreendesse os episódios causados na região à causa desses acordos. O espectro do LIKUD, segundo

¹⁸ Político e militar de origem israelita, depois de passar para a reserva, foi nomeado embaixador de seu país nos Estados Unidos até 1973, para, em seguida, tornar-se o líder do Partido Trabalhista em Israel e logo após no primeiro-ministro. Em 1992, novo líder do Partido Trabalhista, ganhou as eleições e voltou a ser primeiro-ministro. Foi morto durante um evento público a favor da paz em 1995, por Yigael Amir, um estudante ultraconservador.



Sznajder (2011), trabalharia em manter seu modelo que se resumia a não desocupação dos assentamentos israelense e não transferência da soberania daquelas áreas às autoridades palestinas enquanto não houvesse paz.

GRÁFICO 2. VOTOS VALIDOS SEGUNDO ESPECTRO NAS ELEIÇÕES ISRAELI



Notes: The figure plots the proportion of respondents intending to vote for left-wing, center, and right-wing parties in each election from 1996 to the present. Data come from the The Israeli National Election Studies 2013.

Fonte: MITTS (2018, P. 2).

A medida que avançavam os acordos entre Israel e Palestina de forma oficial ou mediante reuniões secretas, crescia a rejeição desses acordos tanto pelos nacionalistas israelenses como pelos extremistas palestinos, o que provocava resistência endógena. Outra forma de desagrado por ambas as partes no aspecto socioeconômico, era que Israel concentrava a força industrial e de trabalho que dependiam os palestinos, mantendo em mãos de Israel a força de pressão sobre a Autoridade Palestina, o que desagradava os extremistas palestinos.

O registro do gráfico 1, mostra que a população de Israel não diminuiu seu apoio ao espectro político de direita desde 1996, demonstrando inclusive, a manutenção e o fortalecimento de tal apoio a cada eleição, mas por sua vez existiria em si, a falta de esperança a um conflito interminável de um lado da população, e do outro lado, a esperança da não continuidade dos acordos políticos.

Sznajder (2011) explica que por razão dos impasses políticos dos dois lados extremistas, fizeram com que Estados Unidos interviesse nas negociações, fazendo Israel ceder devido às ameaças de imposições econômicas, parte de Hebron, como também, diminuiu o fluxo de investimentos em Israel o que provocou uma diminuição no nível de vida dos dois lados.



O que acontecera era que uma parte do acordo de Oslo promovia a criação da Autoridade Palestina para definir a estruturação nacional dos palestinos, além de haver o mútuo reconhecimento da existência como povos, e “o direito a viver lado a lado”, como aponta Benvenisti (1993). Além da morte de Rabin, os grupos extremistas rejeitavam a proposta de divisão territorial, definindo como usurpador a Israel, os que continuavam com a intenção de extinguir o estado judeu.

Entre outras ideias nas propostas dos Acordos de Oslo ainda em 1995, as negociações secretas levariam as duas sociedades a concordar com soluções que não proporcionassem vantagens satisfatórias, de acordo com Sznajder (2011), estas soluções incorporavam à Palestina os bairros árabes da Cisjordânia e Gaza, já por parte dos israelitas, estes ficariam com a parte judaica dos mesmos isto para não dividir a cidade. Por tanto, a rejeição a esses acordos era notória e evidente por parte dos grupos extremistas dos dois lados.

Na teoria dos Jogos de dois Níveis proposta por Putnam (2010), registra-se que pode haver de algum modo, resistência ou afinidade ao apoio sobre acordos de caráter exógeno por parte de grupos domésticos dos participantes de tal acordo, o que leva a pensar que de fato poderia tal comportamento ser apreciado dentro da análise de Putnam. Entretanto, esse comportamento não deveria influenciar as diretrizes ratificadoras dos negociadores, não obstante, podem ser estabelecidas por parte de qualquer um dos lados, condicionantes para o bom andamento das negociações em razão da resistência. O caso da Palestina, havendo uma minoria (Hamas, Jihad Islâmica e Hezbollah) que interfere nas decisões do seu governo mediante a interpretação de não aceitar a identidade de Israel como Estado, Kelman (2007) caracteriza como função de influência, a ideia de estabelecer programa do LIKUD “Paz pela Paz”, como condicionante para a continuidade dos acordos pela Paz em razão das circunstâncias.

Já por parte de Israel, tais circunstâncias fizeram com que sociedade israelita apoiasse em maior força o sentimento nacionalista em anuência à *Tzvá HaHaganá LeYisra'el*, (Força de Defesa de Israel), e Kelman (2007) é enfático em afirmar que entre 2003 e 2004 (durante a segunda Intifada) o apoio a ataques terroristas dobrou durante esse período em quanto em Israel, apoia-se o espectro que propõe a defesa do país contra a agressividade da outra parte. Deste modo, Ariel Sharon é eleito por dois mandatos consecutivos por sua insistência em aplicar o programa do LIKUD “Paz pela Paz”.



Vale mencionar ainda que, em julho de 2000 na cúpula de Campo David entre Barak¹⁹ e Arafat²⁰, houve mais um fracasso de negociações, pois ainda que o segundo propusera um acordo nos moldes de Netanyahu e Rabin, Barak apresentava a proposta para a Palestina como segundo plano, conforme Sznajder (2011), em razão uma proposta principal de possível negociação com a Síria e a retirada das tropas do Líbano, o que promoveu a ideia de deixar a tratativas com a Palestina em segundo plano. Dando certo este objetivo, Arafat, se recusa a aceitar as propostas de Barak e entre outros aspectos, a autoridade Palestina tornou-se pouco eficiente em concordar com um acordo plausível para o fim do conflito.

Já em setembro do mesmo ano, com visita de Ariel Sharon²¹ ao Monte do templo Haram al Sharif, um levante de violência por parte dos extremistas palestinos foi realizado, demonstrando que um processo de acordo de Paz sem incluir a violência como condição *sine qua non*, não tem objetivo em si, por motivo que, ao avanço de cada processo deveria ir crescendo o grau de confiança como critério, além de produzir um desarme das partes para desenvolvimento face a face, de acordo com Sznajder (2011).

O ato em si de Sharon, demonstrava por parte do homem político a ideia da soberania de Israel estar atrelada a qualquer provável representante do povo de Israel, além de provocar na sociedade palestina a percepção de um fracasso nas propostas do Campo David, como também identificar alguma possível fragilidade na política palestina gerando de forma sólida um posicionamento oficial de rejeição às exigências propostas por Israel dentro dos acordos. Por tal razão, expõe-se ao primeiro Ministro Barak, relata Sznajder (2011), como “duro” que tentava mudar o formato dos Acordos de Oslo, em detrimento às exigências da Palestina levando uma vez mais ao levantamento por parte dos palestinos, conhecido como segunda Intifada.

Putnam (2010) em sua explicação para “os determinantes do conjunto de Vitórias” elucida que, em alguns casos, a cisão interna de grupos, é de fato melhor para efeitos das relações internacionais o que proporcionaria maiores chances para o governo alcançar acordos convenientes. No caso da Palestina este fator teria a variável política, como expressão negativa para tal alcance, que se resumiria em não ter um governo legítimo e oficial, o que foi determinante nas negociações de Oslo, em estabelecer um governo representante na sociedade, daí o surgimento da Autoridade Palestina (AP).

¹⁹ Barak nasceu em um kibutz fundado por seu pai, um emigrante de Lituânia, em 1932. Foi ministro do interior em 1995 e Ministro dos negócios estrangeiros em 1995-96. Em maio de 1999, Barak ganhou uma vitória fácil. Os resultados das eleições foram vistos como uma mudança das políticas de linha-dura, particularmente nas relações com os palestinos, estabelecidas por Netanyahu.

²⁰ Filho de um comerciante de Jerusalém, sendo muito jovem participou da primeira guerra árabe-israelense (1947-1949). Foi eleito Presidente do estado palestino e, em 1993, como um líder da OLP, começou, juntamente com Yitzhak Rabin e Shimon Peres, o processo de paz que permitiu a autonomia da Palestina, em 1994. Em 1996, ele foi eleito presidente da Autoridade Palestina.

²¹ Ariel Sharon, nome original Ariel Scheinerman, nascido em 26 de fevereiro de 1928, Kefar Malal, Palestina [agora Israel] - morreu em 11 de janeiro de 2014. Ele foi eleito primeiro-ministro de Israel, em 2001, cargo que ocupou até que ele foi incapacitado por um acidente vascular cerebral em 2006.



Outro fator é a variável de discussão sobre a “força do Estado” e a “autonomia do Estado”, proposta por Putnam (2010) em que, mediante a autonomia dos responsáveis por decisões centrais em relação aos grupos domésticos, seu alcance será maior em relação a acordos internacionais. Outrossim, se essa autonomia do Estado nas decisões for mais resistente às pressões dos grupos domésticos, terá pouca ou nenhuma força para permutas internacionais, por tanto e para efeito de compreensão em relação ao governo da Palestina, se a AP como governo da Palestina apresenta-se como tal e de forma autônoma nas tomadas de decisões em favor da sociedade palestina, seria o suficiente para boas negociações entre ambas as partes e chegar a um fim do conflito, porém, os grupos doméstico palestinos (terroristas) representam a apreensão do governo, pelo frágil controle ou permissividade do *modus operandi* que proporciona desvantagem à Palestina perante as negociações.

Outra variável inquietante relacionada à “autonomia do Estado” que interfere perante os acordos com Israel, Sznajder (2011) afirma que foram as acusações de ineficiência, nepotismo e desfalque da ajuda internacional por parte dos políticos palestinos, que colocaram em dúvida a legitimidade popular e democrática da AP, desde sua criação.

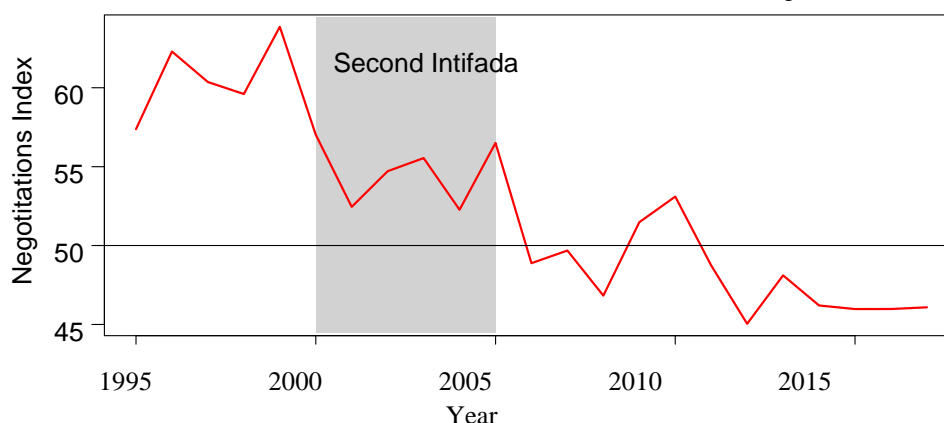
Havendo sido registrado por entidades midiáticas, informes demonstraram o simples fato de grande soma de valores enviada para palestina como ajuda humanitária, terem desaparecido. Segundo Michael e Guzansky (2016) foi registrado também que, desde o estabelecimento da AP padrões de corrupção foram estabelecidos e enriquecido os membros do governo da AP e da organização política e militar fundada por Yasser Arafat (FATAH).

Michael e Guzansky (2016) já definiam como governo falido a ausência de governabilidade ou a falta capacidade para tal, o que por sua vez, define à AP como “entidade falida”. Mediante este pressuposto, a “autonomia do Estado” relacionada a Palestina para tomada de decisões, apresenta-se uma vez mais fragilizada perante a relevância que esta requer.

Considerando a perspectiva social em relação a política da região, Kelman (2007) registra uma pesquisa realizada em 2004 que, expressa o aumento do apoio à resolução do conflito no estabelecimento de dois Estados, além de ambas as sociedades manter o reconhecimento de seu Par como Identidade Nacional, em uma relação de 70% por parte dos israelitas e 63% por parte dos palestinos, não obstante, Mitts (2018) registra que desde 1995 o apoio da sociedade israelita à negociações de Paz vem decrescendo, ainda havendo tentativas nas tratativas de Paz, como registra o gráfico 3, e que as novas gerações em Israel proporcionam um apoio direto à políticas de espectro de Direita, como jamais se registrou antes em uma proporção de 67% em 2016.



GRÁFICO 3. ÍNDICE DE NEGOCIAÇÕES



Fonte: MITTS (2018, p. 3).

Outra variável a ser considerada como motivador de ascensão neste trabalho de pesquisa é, em algum modo, a propaganda midiática ou força da mídia provocada sobre a sociedade, o que pode levar a identifica-la como agente motivador do crescimento nacionalista em Israel.

Mitts (2018, p. 2) registra que ao analisar a história do surgimento do nacionalismo, encontra-se o papel fundamental da mídia impressa promovendo a “inspiração e disseminação do sentimento nacionalista”. A autora registra também que a impressão de livros que compilariam ideais para o estabelecimento de um novo modelo de Estado-Nação foram difundidos na sociedade do século XVIII, ideais estes que foram reproduzidos e normalizados ao transcorrer do tempo.

Deste modo, permitia-se a transmissão de uma identidade nacional para a sociedade inclusive e através de forças militares inspiradas em defender o território no novo modelo de Estado-Nação. Outrossim, defende Mitts (2018) o argumento de que a literatura israelense com ideologia nacionalista tem aumentado desde a segunda intifada e, especialistas em comunicação apresentaram argumentos que na educação secular pública de nível médio, haveria a influência do nacionalismo no seu conteúdo com o intuito de alinhamento da história do país a uma perspectiva de direita.

Ao mesmo tempo, poderia intencionalmente comprovar-se que para uma ação existe uma reação, dentro do argumento da Teoria do desacordo político registrada por Cochrane (2011), o autor expõe que esta Teoria considera adotar uma das suas três conjecturas: a simetria da Imagem Espelhada; ela por sua vez equivale a “terceira lei do movimento de Newton: para cada conjunto de opiniões existe um conjunto de opiniões iguais ou opostas” (COCHRANE, 2011, p.3).

Na análise de Mitts (2018) demonstra-se que a medida de atentados terroristas tem acréscimos em seus números, a reação oposta a tais efeitos é o acréscimo no conteúdo ideológico de direita em livros populares de origem israelita, o que confirma



a teoria de Cochrane (2011) em relação a sua conjectura da simetria da Imagem Espelhada.

Sugere-se mediante esta teoria que, havendo pautas em assuntos de interesses semelhantes para os políticos, por razões de espectro ideológico haverá um conjunto de opiniões que serão enunciadas geralmente em direções opostas. Deste modo, a explicação de que o conjunto de opiniões de partidários de esquerda sempre serão de igualdade para com a sociedade, qualquer que seja o assunto, porém, na apreciação de Cochrane (2011 apud BOBBIO, 1996) surge a divergência ao conjunto de opiniões por parte da esquerda, quando o mesmo assunto é direcionado para interesses morais, religiosos, cívicos e ético-privativo.

Considerada esta teoria, pode-se afirmar que, por razões de democracia e jurisprudência em Israel, a intencionalidade de manter o ideal judaico nacionalista como cerne político, é válida para qualquer um dos espectros ideológicos, ainda que os conteúdos de cerne nacionalista tenham sido disseminados e provocado mudanças no pensamento de sua sociedade em relação ao alcance da Paz.

O conceito de Paz de acordo com Bobbio (1998), é definido como ausência de guerra, em outras palavras, a estrutura militar e o equilíbrio regional de poder por parte de alguns Estados Nacionais, são recursos essenciais para domínio em qualquer conflito, provocando a ideia de paz permanente, caracteriza-se então o realismo.

Qualquer que seja a interpretação do realismo dos críticos e filósofos, destaca-se a interpretação de que todas suas variações tendem a direcionar desde ponto de convergência familiar. Wohlforth (2008), destaca estas variações como sendo quatro: *Groupism, Egoism, Anarchy, Power politics*.

Considerando as variações destacadas por Wohlforth que são aplicáveis tanto para políticas domésticas e internacionais, considera-se as observações essenciais das duas primeiras, em relação ao tema Israelo-Palestino, partindo do princípio de autodeterminação dos povos e o que se expõe no seguinte modo: Interpreta-se como grupismo a coletividade, que por sua vez ocorre tanto na sociedade doméstica como na internacional. Nesta essência acontece a política que forma a coesão para a subsistência em grupo o que se conhece por solidariedade. O autor define que o “grupo humano mais importante são os Estado-Nação e a fonte mais importante da coesão do grupo é o nacionalismo”, (WOHLFORTH, 2008, p. 133).

O egoísmo conduz à interpretação de grupos políticos que articulam politicamente em benefício ou interesse próprios doméstico, (segundo a divisão em estágios dos processos de negociações na teoria A Lógica dos Jogos de Dois Níveis de Putnam) é o clássico da natureza humana, relatado por Hobbes (2003) de forma a defini-lo como bem comum, a instituição de um poder comum que possa defender o grupismo, garantindo-lhes segurança e satisfação do seu próprio trabalho ainda que seja necessário a designação de um único indivíduo ou assembleia deles para representa-los “em tudo que se refere a Paz e Segurança comuns, submetendo, assim, suas vontades à vontade do representante, e seus julgamentos aos do representante”, (HOBBS, 2003, p. 126).



Deste modo, o comportamento dos agentes representantes dos acordos de Paz entre as duas sociedades, legitimam suas ações a partir das prerrogativas realistas que, por uma parte assimilam o grupismo e por outra, assimilam o egoísmo mediante as interpretações de Paz e segurança que lhes convém articular politicamente.

CONCLUSÕES

Em razão do apresentado neste trabalho de pesquisa, pode-se reconhecer o alcance do objetivo definido, identificando as circunstâncias que promoveram uma mudança no espectro político israelense, conjuntura que não mudara apenas o viés ideológico governamental, mas o pensamento da sociedade em relação ao modo de fazer política, governo e nação, situações que alteraram lindes de paz.

As motivações identificadas nesta pesquisa não são limitadas, restritas, exclusivas ou inalteráveis, outrossim, foram elas promovidas por fatores internos e externos, sociais, políticos, militares e econômicos evidenciados, dito isto, é necessário corroborar com a ideia de que necessário é alcançar a passos firmes, objetivos que alicercem uma solução para o conflito de interesses que se consolidem na Paz entre os dois povos, independente do espectro político.

Dentro do contexto motivador da ascensão projetado na atualidade, o aspecto político Israel desde 2003 vem mantendo um espectro ideológico de direita (com exceção de 2003 e 2006 que os governos foram de centro direita)²², no aspecto demográfico os grupos étnicos caracterizados na sua composição demonstram que 74,4% são judeus, (dos quais 76,9% são jus soli); 20,9% são árabes e 4,7% de outras etnias²³.

Mediante esta e outras pesquisa poderão entender-se as possíveis vantagens e desvantagens das variações espectrais para se governar, entretanto, para a democracia é fundamental o fato de respeitar os princípios básicos das sociedades, do mesmo modo, requer-se a maturidade suficiente dos agentes políticos em assumir as responsabilidades que implica sua representatividade perante a sociedade local e internacional, por isto, o pragmático modo de fazer a paz, talvez não seja tão realista ou tão democrático em um futuro próximo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, A. Os três pilares da democracia. **Revista da Faculdade de Direito**. v. 40, p. 130-148, 1945.

BARTEL, C. **O Movimento sionista e a formação da comunidade judaica brasileira (1901 – 1956)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e

²² Dados relacionados aos resultados eleitorais dos 2003 a 2015, anos respectivos. Disponível em: <https://main.knesset.gov.il/en/mk/pages/elections.aspx>. Acesso em: 24 de jun. de 2019.

²³ Dados registrados estimativos do ano 2018. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/is.html>. Acesso em: 24 de jun. de 2019.



CIÊNCIAS HUMANAS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 6768. 2012.

BEETHAM, D. **Democracia: Principios y Realización. Unión Interparlamentaria.** Ginebra, Suiza, p. 1-105, 1998.

BENVENISTI, E. The Israeli-Palestinian Declaration of Principles: A Framework for Future Settlement. **European Journal of International Law.** v. 4, n 4, 1993, p. 542–554, 1993.

BOBBIO, N. **Left and Right: The significance of a Political Distinction.** University of Chicago Press. Chicago. 1994.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** Editora Universidade de Brasília. Brasília, 11 ed. 1998.

COCHRANE, C. The asymmetrical structure of left/right disagreement and right wing fragmentation in comparative party policy. **Party Politics.** v.1, p. 1-18, 2011.

Domingues, M. J. A Sociologia israelense e a crise do consenso sionista. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v. 25, n. 73, p. 148, 2010.

DORON, G. Right as opposed to wrong as opposed to Left: The spatial location on “Right Parties” on the Israeli political map. **Israel Studies,** v 10, n. 3, p. 29-53, 2005.

DORON, G.; PERETZ, D. Israel’s 1996 elections: A second Political Earthquake? **Middle East Journal, Washington D.C.** v. 50, p. 530-546, 1996.

HOBBS, T. **Leviatã.** 2 ed. São Paulo, Editora Icone, 2003.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **The Balfour Declaration,** 2013.

Disponível

em:<https://mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/the%20balfour%20declaration.aspx>. Acesso em: 26 de Mar. de 2019.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **The Mandate for Palestine,** 2013.

Disponível

em:<https://mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/the%20mandate%20for%20palestine.aspx>. Acesso em: 26 de Mar. de 2019.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **UN General Assembly Resolution 181,** 2013. Disponível

em:<https://mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/un%20general%20assembly%20resolution%20181.aspx>. Acesso em: 26 de Mar. de 2019.



KELMAN, H. C. The Israeli-Palestinian Peace Process and Its Vicissitudes. **American Psychological Association. Washington DC.** v. 62, n. 4, p. 287-303, 2007.

MICHAEL, K.; GUZANSKY, Y. The Palestinian Authority: A State Failure? **Strategic Assessment. Tel Aviv.** v. 19, n. 1, p. 87-102, 2016.

MITTS, T. Terrorism and the Rise of Right-wing content in israelí books. **International Organization UK.** v. 73, p. 203-224, 2018.

MORDECAI, N. Zionism. **The first 120 years.** Timeline, articles, documents and glossary. The jewish agency for israel, the zionist library, 2002, p. 41-42. Disponível em: <http://www.zionistarchives.org.il/en/datelist/Pages/Congress1.aspx>. Acesso em: 03 de Abr. de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto da Sociedade das Nações 1919.** Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, (c). São Paulo, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes1919.html>. Acesso em: 22 de Abr. de 2019.

PALESTINE ROYAL COMMISSION REPORT. **ProQuest, (c) 2006.** Disponível em: <https://palestinianmandate.files.wordpress.com/2014/04/cm-5479.pdf>. Acesso em: 22 de Mar. de 2019.

PEREZ, V. Natalia. El sistema político de Israel y su impacto em el processo de Paz com los palestinos. **Tese (Doutorado em Estudios Orientales)** – Facultad de Filosofia y Letras – Universidad Autonoma de Madrid. Madrid, 2012.

PUTNAM, R. D. Diplomacia e Política Doméstica: A Lógica dos Jogos de dois níveis. **Revista Sociológica e Política.** v. 18, n.36, p. 147-174, 2010.

SILVA, G. J. Conceituações Teóricas: Esquerda e Direita. **Revista de Humanidades.** v. 6, p. 149-162, 2014.

SZNAJDER, M. Israelíes y palestinos: antecedentes de la intifada. **Revista de Estudios Internacionales.** v. 35, n. 201, p. 53-67. 2011.

TELLER, N. **The Balfour Declaration Why Lord Rothschild?** The Jerusalem Post, 2017. Disponível em: <https://www.jpost.com/Blogs/A-Mid-East-Journal/TheBalfour-Declaration-why-Lord-Rothschild-505748>. Acesso em: 02 de Abr. de 2019.



WOHLFORTH, C. W. **The Oxford Handbook of International Relations**. Oxford University Press. New York, 2008.